

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado
Prudencial**

Stone Pagamentos S.A.

30 de junho de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Stone Pagamentos S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

30 de junho de 2021

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados.....	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial da Stone Pagamentos S.A. (“Stone” ou “Grupo”) relativas ao semestre e exercício findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as quais foram elaboradas de acordo com a Resolução BCB nº 2, Resolução do CMN nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14, e atendem os propósitos específicos da referida resolução.

Mensagem da Administração

Apesar do forte crescimento do nosso negócio core de PMEs (pequenas e médias empresas) e de importantes avanços estratégicos, o resultado do segundo trimestre de 2021 foi impactado negativamente por uma performance aquém da esperada do produto de crédito, principalmente em função de problemas no sistema de registro de recebíveis.

O produto de crédito, ainda no início da operação, foi significativamente impactado por problemas no funcionamento das registradoras de recebíveis, que comprometeram o processo de “trava” de recebíveis. O acontecimento, que esperamos que se resolva nos próximos meses, abriu uma brecha para que lojistas migrem suas transações para outros adquirentes que, na prática, contornaram o colateral que estes lojistas tinham conosco.

Em função disto, observamos um aumento de contratos inadimplentes e reduzimos nossas premissas de recuperação, resultando em uma maior provisão para crédito de liquidação duvidosa. Ainda, reduzimos significativamente os desembolsos no semestre. Posto isso, este processo gerou aprendizados valiosos que serão alicerce para construir um produto melhor. Continuamos comprometidos e vemos uma oportunidade enorme pela frente.

Por outro lado, o nosso negócio core de PMEs registrou forte crescimento. Durante o trimestre, aceleramos o crescimento deste negócio, com adição recorde de clientes, alcançando mais de 1 milhão de clientes no semestre, com um aumento do TPV em 104% no comparativo anual.

Além disso, tivemos o melhor crescimento trimestral do mercado, resultando em ganhos de *market share*, e nossa receita por cliente excluindo crédito aumentou sequencialmente, demonstrando nossa capacidade de monetização.

Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios.

Total de ativos

Em 30 de junho de 2021, os ativos totalizaram R\$ 23.439 milhões, apresentando um aumento de 6,2% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 22.068 milhões.

Destacamos abaixo as principais movimentações no total de ativos:

- **Contas a receber de emissores:** O principal ativo do Grupo refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito. O saldo das contas a receber de emissores, incluindo aquelas que foram cedidas com retenção de riscos e benefícios, totalizou R\$ 17.052 milhões em 30 de junho de 2021, representando um aumento de 3,9% em relação ao saldo de R\$ 16.406 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento no saldo é reflexo do crescimento do TPV processado pela Companhia durante o semestre findo em 30 de junho de 2021.

- **Títulos e valores mobiliários:** O saldo de títulos e valores mobiliários aumentou de R\$ 1.378 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 2.424 milhões em 30 de junho de 2021, devido principalmente ao aumento no investimento em títulos vinculados a saldos em conta pré-paga.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 1.573 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 1.235 milhões em 30 de junho de 2021.

Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2021, o patrimônio líquido dos acionistas controladores totalizou R\$ 1.234 milhões, representando uma redução de R\$ 33 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 1.267 milhões.

Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido:

- lucro líquido R\$ 98 milhões no primeiro semestre de 2021;
- destinação de juros sobre o capital próprio no total de R\$ 31 milhões.

Resultado

No semestre findo em 30 de junho de 2021, o lucro líquido totalizou R\$ 98 milhões, representando uma redução de 43,0% em relação ao lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2020, no montante R\$ 171 milhões.

Destacamos abaixo os principais impactos no resultado:

- **Receitas:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de transações de pagamento, aluguel de equipamentos e antecipação de obrigações por transações de pagamento, totalizaram R\$ 1.518 milhões, líquido de impostos, no semestre findo em 30 de junho de 2021, um aumento de 33,51% em relação ao total de R\$ 1.137 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2020. Apesar dos efeitos do COVID-19, em relação ao mesmo período do ano anterior, o Grupo teve seu faturamento aumentado. O aumento deve-se basicamente ao crescimento do número de clientes ativos e volume total processado, em linha com a estratégia do Grupo de penetração no mercado de clientes de pequeno e médio porte.
- **Operações de crédito:** A receita de juros das operações de crédito, líquida de sua respectiva provisão para perdas esperadas, totalizou R\$ 454 milhões em 2020, enquanto em 30 de junho de 2020 totalizou R\$ 65 milhões. A redução é deve-se basicamente ao impacto do ajuste no valor justo do crédito e de desembolsos de crédito significativamente menores.
- **Custo dos serviços prestados:** O aumento do custo dos serviços prestados, de R\$ 157 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2020, para R\$ 245 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2021, deve-se principalmente a (i) maiores investimentos em nossas equipes de tecnologia e atendimento ao cliente, (ii) custos de novas soluções de software, e (iii) maiores custos de transação e implantação para suportar nossa operação.
- **Despesas de pessoal:** O aumento em despesas de pessoal, de R\$ 288 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2020, para R\$ 448 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2021, é dado pelo acréscimo no quadro de funcionários do Grupo, reflexo do crescimento da Companhia.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos Administradores e Acionistas da
Stone Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial da Stone Pagamentos S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do conglomerado prudencial da Stone Pagamentos S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Companhia para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Processo de reconhecimento das receitas operacionais

Conforme divulgado na nota explicativa nº 3(n), as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas no resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações, (ii) das rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebidos dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Companhia, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões e (iii) das rendas com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar e o valor efetivamente antecipado. Em 30 de junho de 2021, o saldo de contas a receber de emissões de cartões e a receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizaram R\$ 16.245.388 mil e R\$ 604.664 mil, respectivamente, a receita de serviços de assinatura e atividades de aluguel totalizaram R\$ 200.734 mil e a receita líquida por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizaram R\$ 712.922 mil. Em razão da relevância do processo de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações, bem como dos valores envolvidos, consideramos essa área como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de balanços patrimoniais e de resultado relacionados às transações incorridas (captura, autorização, processamento, serviços de liquidação fornecidos pelas redes do sistema de pagamento e emissores de cartões, pré-pagamentos ao clientes de seus recebíveis parcelados e do resultado apurado com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados) levando em consideração aspectos de relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; (ii) testes de valorização do montante da receita a ser reconhecida como um percentual do valor total da transação; (iii) testes documentais relacionados ao processo de registro da receita de aluguel de equipamentos (valorização, liquidação e contabilização); e (iv) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas nº 7 e 19.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas nº 7 e 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações financeiras individuais

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 15 de setembro de 2021.

Demonstrações do resultado abrangente (DRA)

As demonstrações do resultado abrangente (DRA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 02/02 do Bacen e na Resolução nº 4.818/20 do CMN. Em nossa opinião, essas demonstrações do resultado abrangente foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas Resoluções e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de setembro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora CRC-1SP241544/O-0

Stone Pagamentos S.A.

Balancos patrimoniais consolidados do conglomerado prudencial
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante		21.954.112	20.345.139
Caixa e equivalentes de caixa		1.234.956	1.572.951
Disponibilidades	4	1.221.105	1.382.387
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	13.851	190.564
Instrumentos financeiros		20.359.268	18.554.413
Títulos e valores mobiliários	6a/6b	2.423.814	1.378.217
Instrumentos financeiros derivativos	6c	-	172
Contas a receber de emissores	7	16.245.388	15.611.298
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	8	806.170	794.580
Depósitos no Banco Central	15	57.217	123.488
Operações de crédito	9	1.332.842	746.225
Rendas a receber	10	102.058	92.855
(-) Provisões para perdas esperadas com risco de crédito		(818.885)	(257.072)
Outros ativos diversos	11	210.664	64.650
Outros créditos		89.263	192.125
Impostos e contribuições a compensar		78.098	166.066
Imposto de renda a recuperar		11.165	26.059
Outros valores e bens		270.625	25.650
Despesas antecipadas	12	270.625	25.650
Não circulante		1.485.740	1.722.949
Realizável a longo prazo		658.985	1.048.213
Instrumentos financeiros		421.326	827.495
Operações de crédito	9	420.637	838.243
Rendas a receber	10	30.626	28.770
(-) Provisões para perdas esperadas com risco de crédito		(117.885)	(61.493)
Outros ativos diversos	11	87.948	21.975
Outros créditos		237.659	220.718
Ativos fiscais diferidos	29b	237.659	220.718
Imobilizado de uso	13	636.325	500.772
Instalações, móveis e equipamentos de uso		988.171	771.343
(-) Depreciação acumulada		(351.846)	(270.571)
Intangível	14	190.430	173.964
Ativos intangíveis		408.445	356.196
(-) Amortização acumulada		(218.015)	(182.232)
TOTAL DO ATIVO		23.439.852	22.068.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Pagamentos S.A.

Balancos patrimoniais consolidados do conglomerado prudencial
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante		15.653.555	13.815.043
Depósitos e demais instrumentos financeiros		15.443.928	13.508.650
Depósitos	15	783.311	577.447
Instrumentos financeiros derivativos	6c	744	2.659
Obrigações por empréstimos	16	1.696.886	390.363
Contas a pagar a estabelecimentos	3.e	10.951.955	9.181.882
Obrigações vinculadas a cessão	8	756.594	746.802
Obrigações sociais e estatutárias	17a	55.012	175.190
Obrigações por cotas de fundos de investimento	17c	968.565	1.960.121
Outros passivos diversos	17d	230.861	474.186
Outras obrigações		209.627	306.393
Impostos e contribuições a recolher	17b	64.804	194.105
Provisão para pagamentos a efetuar		144.823	112.288
Não circulante		2.118.927	2.743.496
Instrumentos financeiros		1.977.274	2.584.641
Obrigações por empréstimos	16	399.351	399.083
Obrigações por cotas de fundos de investimento	17c	1.553.519	2.174.670
Outros passivos diversos	17d	24.404	10.888
Outras obrigações		141.653	158.855
Provisão para pagamentos a efetuar		74.790	75.061
Obrigações fiscais diferidas	29b	58.872	74.019
Provisão para contingências	30b	7.991	9.775
Patrimônio líquido	18	1.234.222	1.267.488
Capital social		869.445	869.445
Reserva de capital		131.657	87.011
Reserva de lucros		395.234	431.202
Outros resultados abrangentes		(118.658)	(120.170)
Prejuízos acumulados		(43.456)	-
Participação de não controladores		4.433.148	4.242.061
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.439.852	22.068.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Pagamentos S.A.

Demonstrações dos resultados consolidados do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>01/01 a 30/06/2021</u>	<u>01/01 a 30/06/2020</u>
Receitas operacionais	19	1.518.320	1.137.234
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços		604.664	438.821
Receita líquida de aluguel de equipamentos		200.734	153.809
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento		712.922	544.604
Resultado bruto da intermediação financeira		(288.850)	(196.527)
Operações de crédito		453.583	65.069
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9	(625.874)	(81.778)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		83.924	(3.566)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(2.738)	(120)
Despesas com operações de empréstimos	16	(23.184)	(27.676)
Despesas por obrigação com cotas de fundos de investimento		(58.152)	(60.870)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	20	(116.922)	(87.586)
Resultado por antecipação de recebíveis de terceiros		513	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.096.811)	(687.189)
Custo dos serviços prestados	21	(245.177)	(157.076)
Despesas de pessoal	22	(447.680)	(288.264)
Despesas administrativas	23	(170.262)	(96.532)
Depreciação e amortização	13/14	(123.848)	(97.957)
Despesas de provisões	24	(11.856)	(7.736)
Outras receitas operacionais	25	17.639	43.826
Outras despesas operacionais	26	(115.627)	(83.450)
Resultado operacional		132.659	253.518
Resultado não operacional	27	(3.625)	(16.678)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		129.034	236.840
Imposto de renda e contribuição social	29	13.881	(37.670)
Provisão para imposto de renda		10.534	(26.620)
Provisão para contribuição social		3.347	(11.050)
Participações no lucro		(45.284)	(27.845)
Lucro líquido do semestre		97.631	171.325
Atribuível a:			
A própria instituição		(43.456)	81.546
Participações de não controladores		141.087	89.779
		97.631	171.325
Lucro líquido por ação (R\$)		0,63	0,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Pagamentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes consolidados do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2020 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>De 01/01 a 30/06/2021</u>	<u>De 01/01 a 30/06/2020</u>
Lucro líquido do semestre		<u>97.631</u>	<u>171.325</u>
Outros resultados abrangentes		<u>1.512</u>	<u>(4.086)</u>
Itens que serão reclassificados para o resultado	6c	<u>1.512</u>	<u>(4.086)</u>
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa – transação altamente provável		2.291	(6.191)
Variação no ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda		-	-
Efeito tributário sobre itens acima		(779)	2.105
Resultado abrangente do semestre		<u><u>99.143</u></u>	<u><u>167.239</u></u>
Atribuível a:			
A própria instituição		(41.944)	77.460
Participações de não controladores		<u>141.087</u>	<u>89.779</u>
		<u><u>99.143</u></u>	<u><u>167.239</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Pagamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		869.445	61.833	261.344	(118.658)	-	1.073.964	-	1.073.964
Transações com não controladores		-	-	-	-	-	-	2.602.130	2.602.130
Pagamento baseado em ações	31	-	4.797	-	-	-	4.797	-	4.797
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa – transação altamente provável, líquido de impostos	6c	-	-	-	(4.086)	-	(4.086)	-	(4.086)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	81.546	81.546	89.779	171.325
Destinações do lucro líquido do semestre:									
Reserva legal	18c	-	-	4.077	-	(4.077)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,1921/ação)	18d	-	-	-	-	(29.907)	(29.907)	-	(29.907)
Saldos em 30 de junho de 2020		869.445	66.630	265.421	(122.744)	47.562	1.126.314	2.691.909	3.818.223
Saldos em 31 de dezembro de 2020		869.445	87.011	431.202	(120.170)	-	1.267.488	4.242.061	5.509.549
Transações com não controladores	33	-	-	-	-	-	-	50.000	50.000
Pagamento baseado em ações	31	-	44.646	-	-	-	44.646	-	44.646
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa – transação altamente provável, líquido de impostos	6c	-	-	-	1.512	-	1.512	-	1.512
Destinações do lucro (prejuízo) líquido do semestre:									
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(4.746)	-	-	(4.746)	-	(4.746)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,2006/ação)	18d	-	-	(31.222)	-	-	(31.222)	-	(31.222)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre		-	-	-	-	(43.456)	(43.456)	141.087	97.631
Saldos em 30 de junho de 2021		869.445	131.657	395.234	(118.658)	(43.456)	1.234.222	4.433.148	5.667.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Pagamentos S.A.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Lucro líquido do período		97.631	171.325
Ajustes ao lucro líquido:		380.565	248.822
Depreciação e amortização	13/14	123.848	97.957
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	(33.586)	(4.587)
Receitas financeiras, líquidas		(422.783)	45.594
Provisão para contingências	30b	7.785	2.977
Provisão para perdas esperadas relativas às operações de crédito	9	625.874	-
Provisão para perdas operacionais	24	4.071	86.537
Perda na baixa e alienação de bens		30.710	15.547
Pagamento baseado em ações	31	44.646	4.797
Variações nos ativos e passivos		(43.328)	1.783.658
Títulos e valores mobiliários		(708.051)	695.742
Contas a receber de emissores		(528.993)	1.403.322
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão		235	6.120
Operações de crédito		259.958	(426.404)
Rendas a receber		(11.059)	(15.598)
Outros créditos diversos		13.144	51.646
Despesas antecipadas		(244.975)	1.659
Contas a pagar a estabelecimentos		1.053.007	(107.349)
Obrigações sociais e estatutárias		(77.618)	(42.611)
Impostos e contribuições a recolher		(75.850)	(29.461)
Outras obrigações diversas		(202.865)	(18.308)
Juros pagos		(72.529)	(103.752)
Juros recebidos, líquidos		600.144	461.920
Imposto de renda e contribuição social pagos		(47.876)	(93.268)
Caixa líquido das atividades operacionais		434.868	2.203.805
Aquisição de imobilizado	13	(373.926)	(141.737)
Valor recebido pela venda de imobilizado		97	-
Aquisição de ativos intangíveis	14	(54.626)	(34.783)
Caixa líquido das atividades de investimento		(428.455)	(176.520)
Captação de empréstimos	16	2.808.000	2.420.000
Pagamento de empréstimos e obrigações vinculadas a cessão		(1.508.000)	(3.580.000)
Pagamento de obrigações por cota de fundos de investimento	17c	(1.620.000)	(1.116.583)
Aumento de capital de não controladores	33	50.000	-
Venda de participação a acionistas não controladores	33	-	2.602.130
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	18d	(73.845)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		(343.845)	325.547
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa		(563)	1.575
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(337.995)	2.354.407
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		1.572.951	182.600
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4/5	1.234.956	2.537.007
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(337.995)	2.354.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Em 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Stone Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Stone”), instituição líder do conglomerado prudencial, com sede em São Paulo, Rua Fidêncio Ramos, 308 – 10º andar, foi constituída em 4 de dezembro de 2013. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços para aceitação de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais e seu modelo de negócio compreende o credenciamento, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para a captura, processamento, transmissão e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito dos instituidores dos arranjos. A Stone também atua efetuando pré-pagamentos de transações com cartões aos estabelecimentos credenciados sobre transações já capturadas e processadas.

A Stone obteve, em 3 de julho de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), e em 24 de abril de 2019 recebeu autorização para atuar como emissora de moeda eletrônica. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

A Companhia e demais entidades do conglomerado prudencial (coletivamente, o “Grupo”) estão envolvidas principalmente no fornecimento de soluções de tecnologia financeira para clientes e parceiros integrados para conduzir o comércio eletrônico de forma transparente em todos os canais de pontos de venda, online e móveis, o que inclui a integração a plataformas de tecnologia baseadas em nuvem, oferecendo serviços para aceitação de diversas formas de pagamentos eletrônicos, automação de processos de negócios nas soluções de ponto de venda e capital de giro.

Em 04 de dezembro de 2019, após incorporação reversa da StoneCo Brasil Participações S.A. (“StoneCo Brasil”), a Companhia passou a ser controlada pela DLP Capital LLC, uma *holding* norte-americana que detém 100% das ações da Companhia, que por sua vez tem como controladora final a StoneCo Ltd. (“Grupo StoneCo” ou “Grupo”), empresa de capital aberto na bolsa de valores NASDAQ sob o código STNE, constituída nas Ilhas Cayman.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BACEN”), de acordo com os requisitos específicos estabelecidos pela Resolução do CMN nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14.

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do CMN, do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Em 1º de janeiro de 2021 entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições de pagamentos. Conforme requerido e permitido pela norma, o Grupo alterou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparativos as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas.

Após análises realizadas, não identificamos efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

As demonstrações consolidadas do conglomerado prudencial do Grupo compreendem as entidades discriminadas na Resolução do CMN nº 4.280/13, sobre as quais a Stone detém controle direto ou indireto, incluindo: instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos permanentes, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para contingências e para impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de agosto de 2021.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional do Grupo e a moeda de apresentação.

2.1 Consolidação

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as participações, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as entidades pertencentes ao conglomerado, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido, referentes às participações dos acionistas não controladores.

Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas controladas, estão registrados como intangível (Nota 14).

A seguir estão apresentadas as controladas e fundos de investimento consolidados nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial:

Nome da empresa	País de origem	Principais atividades	Participação no capital social (%) (i)	
			30/06/2021	31/12/2020
MNLT Soluções de Pagamentos S.A. ("MNLT")	Brasil	Serviços de adquirência	100,00	100,00

Nome da empresa	País de origem	Principais atividades	Participação no capital social (%) (i)	
			30/06/2021	31/12/2020
Pagar.me Pagamentos S.A. ("Pagar.me")	Brasil	Serviços de subadquirência	100,00	100,00
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")	Brasil	Sociedade de crédito	100,00	100,00
TAPSO FIDC ("FIDC TAPSO")	Brasil	Fundo de investimento em direitos creditórios	60,51	60,51
FIDC Bancos Emissores de Cartão de Crédito – Stone II ("FIDC AR II")	Brasil	Fundo de investimento em direitos creditórios	100,00	100,00
FIDC Bancos Emissores de Cartão de Crédito – Stone III ("FIDC AR III") (ii)	Brasil	Fundo de investimento em direitos creditórios	100,00	100,00
SOMA FIDC ("FIDC SOMA")	Brasil	Fundo de investimento em direitos creditórios	50,29	50,29

(i) No caso dos fundos de investimento, refere-se à participação nas cotas subordinadas.

(ii) O FIDC AR III foi constituído em 21 de julho de 2020, com estrutura semelhante ao do FIDC AR I.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 4.818/20, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) *Títulos para negociação* - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

- (ii) *Títulos mantidos até o vencimento* - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
- (iii) *Títulos disponíveis para venda* - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Grupo não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii).

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente e preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio.

O Grupo mensura seus instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor de mercado, de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, de acordo com suas respectivas classificações, conforme a seguir:

(i) destinados a *hedge* de risco de mercado: ganhos e perdas são registrados no resultado do período; e

(ii) destinados a *hedge* de fluxo de caixa: ganhos e perdas relacionados à parcela efetiva do *hedge* são registrados em Outros resultados abrangentes, e eventual parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

e) Transações de pagamento

Nas transações de débito, a Stone paga em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o pagamento depende da quantidade de parcelas. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre trinta dias corridos após a captura da transação. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito parcelado, o pagamento de cada parcela ocorre 30 dias após o seu vencimento.

Em 30 de junho de 2021, o saldo de contas a pagar a estabelecimentos é de R\$10.951.955 e em 31 de dezembro de 2020, R\$9.181.882.

f) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas com risco de crédito

O Grupo observa e respeita as diretrizes estabelecidas pela Resolução do CMN nº 2.682/99, dispondo dos critérios necessários para classificação das operações de crédito e de provisão para perdas esperadas com risco de crédito mínima requerida.

Ainda, para a constituição da provisão complementar à mínima requerida, em seu cálculo deve ser refletida a expectativa de perdas futuras da instituição, levando em consideração as diretrizes da Resolução do CMN nº 4.557/17.

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA a classificação para risco mínimo - 0% de provisão - e H a classificação para risco máximo - 100% de provisão. As operações classificadas como nível de risco H há mais de seis meses, são baixadas. Quanto às operações renegociadas, essas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes de sua repactuação; aquelas já haviam sido baixadas contra a provisão, são classificadas como H.

Cálculo da PCLD - Metodologia Interna

A metodologia interna para cálculo da provisão para perdas esperadas com risco de crédito é baseada na expectativa de perdas da carteira de crédito em nível agregado, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas Resoluções do CMN nº 2.682/99 e 4.557/17. Essa expectativa de perda para cada operação de crédito é função da sua faixa de risco, determinada a partir de modelos internos, bem como do seu estágio de atraso, tempo contratual ao qual estará exposto ao risco de crédito, e quando aplicável, o ambiente macroeconômico e alterações previstas no curto e longo prazo. Para o cálculo da perda, são considerados: probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático, a exposição no momento da inadimplência, bem como a expectativa de recuperações de créditos vencidos. O valor da provisão é contabilizado de acordo com o resultado obtido pelo modelo interno e comparado com o valor mínimo requerido pela Resolução do CMN nº 2.682/99, não podendo, em nível agregado, o valor apurado pelo modelo interno ser inferior ao mínimo requerido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

g) Cessão de recebíveis

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, créditos de recebíveis cedidos desde 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificados para rubrica específica no ativo “Contas a receber de emissores vinculadas a cessão” (Nota 8) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo “Obrigações vinculadas a cessão” (Nota 8).

Em 30 junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía contas a receber de emissores cedidas a uma entidade privada não pertencente ao Grupo StoneCo, nem ao conglomerado prudencial.

h) Despesas antecipadas

Estão reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidos na competência apropriada.

i) Investimentos

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em empresas coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da coligada.

Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

j) Ativo imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades do Grupo ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Pin Pad e POS – 20%;
- Máquinas e aparelhos e equipamentos – 20%;
- Equipamentos de informática – 10% - 20%;
- Móveis e utensílios – 10%;
- Benfeitorias em propriedades de terceiros – 20% - 33%;
- Instalações – 10%;
- Equipamentos de telefonia – 20%;
- Veículos – 20%;
- Aeronave – 10%

k) Ativo intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Grupo ou exercidos com essa finalidade.

O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- *Software* – 20%;
- Licenças de uso de bandeiras – 20%;
- Marcas e patentes – 50%;
- Direito sobre contrato de representação – 33%

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução do CMN nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto ativos fiscais diferidos, cuja realização é avaliada semestralmente.

Não foram identificadas perdas por impairment nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.

m) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (“IRPJ”) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) é de 9% sobre o lucro tributável.

n) Apuração do resultado

(i) *Receitas operacionais*

As receitas operacionais são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida de cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares, assim como líquida dos impostos diretamente incidentes. Estão assim representadas na demonstração do resultado:

- “Receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços”: refere-se à captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, sendo apropriadas ao resultado da Companhia, líquida das taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações;
- “Receita líquida de aluguel de equipamentos”: refere-se às rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebido dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Stone, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões. A receita é contabilizada de forma linear no mês de competência do aluguel; e
- “Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento”: refere-se às rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado.

(ii) *Resultado bruto da intermediação financeira*

- “Operações de crédito”: as operações de crédito são registradas com base na taxa de juros pactuada. Caso a operação esteja em atraso há 60 dias ou mais, passa a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos;

- “Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários”: receita de juros e ganhos ou perdas provenientes da marcação a mercado das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários;
- “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”: ganhos e perdas relacionados às operações de *hedge* de risco de mercado, e à parcela inefetiva das operações de *hedge* de fluxo de caixa;
- “Despesas com operações de empréstimos”: despesa de juros incorridos das obrigações por empréstimos assumidas pela Companhia;
- “Despesas por obrigação com cotas de fundos de investimento”: despesa com juros das cotas mezanino e sênior dos Fundos de investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”), em que o Grupo detém cotas subordinadas; e
- “Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”: registro das despesas relativas às obrigações assumidas em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que não foram baixados, integral ou proporcionalmente, apropriadas pela taxa efetiva da operação em função do prazo remanescente.

o) Pagamento baseados em ações

O Grupo possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços.

As práticas contábeis utilizadas pelo Grupo no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A atividade relativa ao pagamento baseado em ações é discutida em mais detalhes na Nota 31.

p) Lucro por ação

É calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos.

q) Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para o semestre findo em 30 de junho de 2021 foram identificados os efeitos abaixo (para o semestre findo em 30 de junho de 2020 não há resultado não recorrente).

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa: a Companhia registrou um montante adicional de R\$ 158.793 na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” na demonstração do resultado. Este incremento de provisão foi feito para refletir a expectativa de perda da carteira de crédito, dada a inadimplência observada no primeiro semestre de 2021.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades – em moeda nacional	1.214.310	1.371.085
Disponibilidades – em moeda estrangeira	6.795	11.302
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	<u>13.851</u>	<u>190.564</u>
	<u>1.234.956</u>	<u>1.572.951</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

		30/06/2021		
		Faixa de vencimento		
	Taxa média ponderada a.a.	0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Operações compromissadas	80% - 99,5% DI (*)	13.851	-	13.851

		31/12/2020		
		Faixa de vencimento		
	Taxa média ponderada a.a.	0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Operações compromissadas	75% - 99,5% DI (*)	190.564	-	190.564

(*) Depósitos Interbancários: taxa de juros que lastreia as operações entre instituições financeiras

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição e classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados como:

	30/06/2021	31/12/2020
Títulos vinculados a saldos em conta pré-paga	819.744	591.419
Títulos de renda fixa	764.927	464.715
Cotas de fundos de investimento	839.143	322.083
Títulos para negociação	2.423.814	1.378.217
Total	2.423.814	1.378.217

O valor justo dos títulos de renda fixa é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros DI disponibilizadas ao mercado através de órgão oficiais (B3, BACEN, etc.).

b) Abertura por faixa de vencimento dos títulos e valores mobiliários

	30/06/2021		31/12/2020	
	0 a 90 dias	Total	0 a 90 dias	Total
Títulos vinculados a saldos em conta pré-paga	819.744	819.744	591.419	591.419
Títulos de renda fixa	764.927	764.927	464.715	464.715
Cotas de fundos de investimento	839.143	839.143	322.083	322.083
Total de títulos livres	2.423.814	2.423.814	1.378.217	1.378.217

c) Instrumentos financeiros derivativos

Durante 2020, o Grupo realizou operações de hedge, utilizando contratos de Non-Deliverable Forward (“NDF”), para transações futuras altamente prováveis de compras de Pin Pads e POS, sujeitas à exposição cambial. As transações foram eleitas para contabilidade de hedge e classificadas como hedge de fluxo de caixa, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02.

Em 14 de janeiro de 2021, a Companhia acordou com os fornecedores de Pin Pads e POS para que as novas compras não fossem mais indexadas à moeda estrangeira. Em virtude desse acordo, não foram realizadas novas operações de hedge desde então e as operações anteriormente designadas foram descontinuadas para fins de contabilidade de hedge.

Os detalhes das operações e posição de ativo, passivo e patrimônio líquido em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são apresentadas a seguir:

Contraparte	Nocional em US\$ (i)	Taxa de câmbio contratada (R\$ por US\$ 1,00)	Nocional em R\$ (i)	Data da transação	Data de vencimento	30 de junho de 2021			31 de dezembro de 2020
						Parcela efetiva – Ganho / (Perda) (ii)	Parcela inefetiva – Receita / (Despesa) (iii)	Hedge accounting descontinuado – Receita / (Despesa) (iv)	Valor justo – Ativo / (Passivo)
Banco BTG Pactual S.A.	3.951	5,40	21.340	07/0720	04/01/21	(288)	(518)	-	(806)
Banco BTG Pactual S.A.	(1.100)	5,31	(5.837)	05/0820	04/01/21	-	121	-	121
Banco Safra S.A.	2.900	5,33	15.450	05/08/20	01/02/21	-	-	430	(418)
Banco Safra S.A.	(600)	5,26	(3.158)	17/09/20	04/01/21	-	39	-	39
Banco Votorantim S.A.	(150)	5,26	(790)	17/09/20	01/02/21	-	-	(32)	12
Banco Votorantim S.A.	1.900	5,27	10.020	17/09/20	01/03/21	-	-	487	(165)
Banco Votorantim S.A.	2.900	5,63	16.333	21/10/20	01/04/21	-	-	190	(1.270)
Banco Votorantim S.A.	(2.750)	5,20	14.302	14/01/21	01/02/21	-	-	(756)	-
Banco Votorantim S.A.	(1.900)	5,21	9.893	14/01/21	01/03/21	-	-	(614)	-
Banco Votorantim S.A.	(2.900)	5,21	15.118	14/01/21	01/04/21	-	-	(1.404)	-
					Valor líquido	(288)	(358)	(1.699)	(2.487)

- (i) Os valores negativos representam as operações de hedge designadas para eliminar a variação cambial dos hedges originais em função de (i) redução nas estimativas de compras futuras de Pin Pads & POS e (ii) eliminação da exposição cambial.
- (ii) Durante a vida do hedge, esse valor é reconhecido no patrimônio líquido, em “Outros resultados abrangentes”, mas posteriormente (quando liquidado) é reclassificado para “Imobilizado de uso”, no balanço patrimonial. Em 30 de junho de 2021, não há parcela efetiva reconhecida no patrimônio líquido, pois todas as transações foram liquidadas até 1º de abril de 2021 (R\$ (1.512), líquido de impostos, em 31 de dezembro de 2020).

- (iii) Reconhecido na demonstração dos resultados, na rubrica “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”. A inefetividade se deve a (i) um menor volume de compras de Pin Pads e POS do que o volume coberto, (ii) um desconto comercial no momento da compra, e (iii) operações de hedge designadas devido à redução nas estimativas de compras futuras de Pin Pads e POS.
- (iv) Reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

7. Contas a receber de emissores

Os valores a receber de bancos emissores de cartões decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, correspondem a R\$ 16.245.388 em 30 de junho de 2021 (R\$ 15.611.298 em 31 de dezembro de 2020).

O prazo médio de recebimento é de 68 dias em 30 de junho de 2021 e de 49 dias em 31 de dezembro de 2020.

8. Contas a receber e Obrigações vinculadas a cessão

Os recebíveis de emissores de cartões detidos pela Stone que foram cedidos para uma entidade privada são mantidos no balanço patrimonial, pois há retenção substancial dos riscos e benefícios, sendo também reconhecida uma obrigação pelo repasse ou antecipação dos recursos.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	806.170	794.580
	<u>806.170</u>	<u>794.580</u>
Obrigações vinculadas a cessão	(756.594)	(746.802)
	<u>(756.594)</u>	<u>(746.802)</u>

9. Operações de crédito

As operações de crédito são classificadas em níveis de risco de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99. Essa classificação leva em consideração entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

As operações de crédito podem ser assim demonstradas:

a) Por modalidade de crédito

	<u>30/06/2021</u>	
	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
Empréstimos pessoa jurídica - com garantia	143.155	(72.785)
Empréstimos pessoa física	1.610.324	(824.388)
	<u>1.753.479</u>	<u>(897.173)</u>

	31/12/2020	
	Saldo	Provisão
Empréstimos pessoa jurídica - com garantia	1.466.893	(265.873)
Empréstimos pessoa física	117.575	(18.278)
	1.584.468	(284.151)

b) Por nível de risco e prazo de vencimento

30/06/2021						
Nível de risco	Vencidas	A vencer			Total	Provisão
		Em até 6 meses	De 6 a 12 meses	Após 12 meses		
A	76	32.252	206.563	194.076	432.967	(20.128)
B	313	9.798	55.914	44.237	110.262	(21.804)
C	1.032	20.949	102.439	63.672	188.092	(47.440)
D	2.027	22.983	82.506	42.765	150.281	(55.729)
E	2.822	21.741	68.457	28.975	121.995	(62.238)
F	3.913	22.049	53.203	19.445	98.610	(60.420)
G	4.795	21.149	41.991	7.843	75.778	(53.920)
H	198.515	202.565	153.911	20.503	575.494	(575.494)
	213.493	353.486	764.984	421.516	1.753.479	(897.173)

31/12/2020						
Nível de risco	Vencidas	A vencer			Total	Provisão
		Em até 6 meses	De 6 a 12 meses	Após 12 meses		
A	11.409	34.849	154.220	49.402	249.880	(43)
B	413	804	184.463	170.607	356.287	(3.836)
C	1.540	2.830	67.050	560.431	631.851	(29.812)
D	4.832	5.955	21.004	14.390	46.181	(8.756)
E	4.957	3.350	13.187	11.402	32.896	(13.073)
F	8.225	5.934	13.323	7.907	35.389	(21.405)
G	94.907	37.454	75.519	24.104	231.984	(207.226)
	126.283	91.176	528.766	838.243	1.584.468	(284.151)

c) Por setor de atividade

30/06/2021		
	Saldo	Provisão
Comércio	1.357.830	(678.464)
Serviços	252.494	(145.924)
Pessoas físicas	143.155	(72.785)
	1.753.479	(897.173)

31/12/2020		
	Saldo	Provisão
Comércio	1.235.582	(214.968)
Serviços	231.311	(50.905)
Pessoas físicas	117.575	(18.278)
	1.584.468	(284.151)

d) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Saldo inicial (31/12/20 e 31/12/19)	(284.151)	-
Provisão constituída	(632.567)	(81.778)
Reversão de provisão	6.693	-
Operações Liquidadas	12.494	-
Baixas para prejuízo	1.222	-
Outros	(864)	-
Saldo final	(897.173)	(81.778)

e) Créditos Renegociados

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não houve renegociação das operações da carteira de crédito.

f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	<u>30/06/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>Risco</u>	<u>% do Total</u>	<u>Risco</u>	<u>% do Total</u>
Maior devedor	421	0,02%	318	0,02%
10 Maiores Devedores	3.257	0,19%	2.065	0,13%
20 Maiores Devedores	5.908	0,34%	3.748	0,24%
50 Maiores Devedores	13.062	0,74%	8.333	0,53%
100 Maiores Devedores	23.570	1,34%	15.240	0,96%

10. Rendas a receber

As rendas a receber de transações de pagamento referem-se principalmente a valores a receber de clientes, oriundos do aluguel de equipamentos e prestação de serviços de transação financeira. O montante é de R\$ 132.684, sendo, R\$ 102.058 no curto prazo e R\$ 30.626 no longo prazo em 30 de junho de 2021 (R\$ 121.625, sendo, R\$ 92.855 no curto prazo e R\$ 28.770 no longo prazo em 31 de dezembro de 2020).

11. Outros ativos diversos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamentos e antecipações salariais	148.242	30.230
Devedores por depósitos em garantia	12.048	15.405
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 28)	77.310	7.058
Outros	61.012	33.932
	298.612	86.625
Circulante	210.664	64.650
Não circulante	87.948	21.975

12. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se principalmente a valores com propaganda e publicidade. O montante é de R\$ 270.625 em 30 de junho de 2021 (R\$ 25.650 em 31 de dezembro de 2020).

13. Imobilizado de uso

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2021
Pin Pad e POS	657.948	189.076	(31.817)	815.207
Máquinas e aparelhos e equipamentos	13.378	-	-	13.378
Equipamentos de informática	53.576	20.911	(2.461)	72.026
Móveis e utensílios	10.387	1.410	-	11.797
Benfeitorias em propriedades de terceiros	13.165	8.113	(475)	20.803
Instalações	3.049	1.211	(467)	3.793
Equipamentos de telefonia	3.717	831	-	4.548
Veículos e aeronave	16.123	30.496	-	46.619
Custo	771.343	252.048	(35.220)	988.171
Pin Pad e POS	(229.267)	(75.713)	6.020	(298.960)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(11.100)	(837)	-	(11.937)
Equipamentos de informática	(22.577)	(5.997)	208	(28.366)
Móveis e utensílios	(2.404)	(549)	-	(2.953)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(982)	(1.542)	348	(2.176)
Instalações	(227)	(172)	82	(317)
Equipamentos de telefonia	(2.604)	(1.045)	-	(3.649)
Veículos e aeronave	(1.410)	(2.078)	-	(3.488)
Depreciação acumulada	(270.571)	(87.933)	6.658	(351.846)
Imobilizado de uso, líquido	500.772	164.115	(28.562)	636.325

14. Intangível

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/06/2021
Ágio sobre expectativa de rentabilidade futura	190.378	-	-	-	190.378
Software	158.184	54.626	(2.245)	(132)	210.433
Licenças de uso de bandeiras	5.674	-	-	-	5.674
Marcas e patentes	21	-	-	-	21
Direito sobre contrato de representação	1.939	-	-	-	1.939
Custo	356.196	54.626	(2.245)	(132)	408.445
Ágio sobre expectativa de rentabilidade futura	(133.604)	(18.847)	-	-	(152.451)
Software	(42.602)	(16.597)	-	132	(59.067)
Licenças de uso de bandeiras	(4.126)	(430)	-	-	(4.556)
Marcas e patentes	(2)	(1)	-	-	(3)
Direito sobre contrato de representação	(1.898)	(40)	-	-	(1.938)
Amortização acumulada	(182.232)	(35.915)	-	132	(218.015)
Intangível, líquido	173.964	18.711	(2.245)	-	190.430

15. Depósitos

A Stone possui saldo de moeda eletrônica mantido em contas pagamento, que constitui patrimônio separado, que não se confunde com o da instituição de pagamento, no montante de R\$ 783.311 em 30 de junho de 2021 (R\$ 577.447 em 31 de dezembro de 2020).

Conforme exigido pela regulamentação, tais valores foram aplicados em depósitos em moeda eletrônica no BACEN no montante de R\$ 57.217 (R\$ 123.488 em 31 de dezembro de 2020) e em títulos públicos no montante de R\$ 819.744 (R\$ 591.419 em 31 de dezembro de 2020), classificados como títulos de renda fixa para negociação.

16. Obrigações por empréstimos

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Captações</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros</u> <u>incorridos</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2021</u>
Empréstimos (i)	390.363	2.808.000	(1.519.238)	17.761	1.696.886
Debêntures (ii)	399.083	-	(5.155)	5.423	399.351
	<u>789.446</u>	<u>2.808.000</u>	<u>(1.524.393)</u>	<u>23.184</u>	<u>2.096.237</u>
Circulante	390.363				1.696.886
Não circulante	399.083				399.351

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Captações</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros</u> <u>incorridos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>
Empréstimos (i)	1.777.097	2.960.000	(4.367.468)	20.734	390.363
Debêntures (ii)	397.729	-	(14.076)	15.430	399.083
	<u>2.174.826</u>	<u>2.960.000</u>	<u>(4.381.544)</u>	<u>36.164</u>	<u>789.446</u>
Circulante	2.174.826				390.363
Não circulante	-				399.083

(i) Empréstimos em moeda nacional

No primeiro semestre de 2021, foram emitidas um montante de R\$ 2.808.000 de novas CCBs, dos quais R\$ 1.696.886 estavam em aberto em 30 de junho de 2020, com vencimento até outubro de 2021 e juros remuneratórios na faixa de CDI + 0,68% a CDI + 0,85% a.a. Os recursos desses empréstimos foram utilizados principalmente na antecipação de recebíveis.

(ii) Debêntures privadas

Em 12 de junho de 2019, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, em série única, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A emissão totalizou o montante de R\$ 400.000 e estabelece como data de vencimento o dia 01 de julho de 2022.

A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios contratuais baseados na variação percentual acumulada de 101,40% da taxa média diária do DI. Os juros remuneratórios são pagos mensalmente a partir da data de emissão.

17. Outras obrigações

a) Obrigações sociais e estatutárias

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dividendos e bonificações a pagar	54.079	96.639
Provisão para participações nos lucros	933	78.551
	<u>55.012</u>	<u>175.190</u>

b) Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	25.974	155.841
Impostos e contribuições a pagar	31.489	32.095
IOF a recolher	16	-
Outros	7.325	6.169
	<u>64.804</u>	<u>194.105</u>

c) Obrigações por cotas de fundos de investimento

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Obrigações por cotas de fundos de investimento	<u>2.522.084</u>	<u>4.134.791</u>
	<u>2.522.084</u>	<u>4.134.791</u>
Circulante	968.565	1.960.121
Não circulante	1.553.519	2.174.670

Obrigações com cotistas seniores do FIDC AR

O FIDC AR I e o FIDC AR II foram lançados em junho de 2017 e novembro de 2017, respectivamente, e emitiram cotas seniores por meio de oferta pública a investidores institucionais qualificados. O objetivo desses FIDCs é adquirir recebíveis oriundos de transações com cartão de crédito e financiar as operações do Grupo.

As cotas seniores dos FIDC AR I e FIDC AR II são remuneradas a um percentual do DI e recebem pagamentos de juros periodicamente. Os retornos residuais desses FIDCs, se houver, são pagos às cotas subordinadas. O Grupo detém 100% das cotas subordinadas dessas entidades.

Em 2017 foram emitidas três séries de cotas seniores, com valor total de R\$ 2.059.500, taxa de retorno de referência de 106,8% da taxa do DI e vencimento em 2020. O pagamento de juros foi efetuado a cada seis meses e, ao longo do ano de 2020, as cotas seniores foram totalmente liquidadas. Como consequência desta liquidação, o FIDC AR I encerrou suas atividades em 30 de junho de 2020.

Em junho de 2019, foi emitida a quarta série de cotas seniores, no valor de R\$ 1.620.000, com vencimento de 24 meses e carência de 18 meses para amortizar o valor do principal. Durante o período de carência, o pagamento de juros será efetuado a cada seis meses. Após esse período, a amortização do principal e o pagamento de juros serão mensais. A taxa de retorno de referência é de 106,0% da taxa do DI.

Em 21 de julho de 2020 foi constituído o FIDC Bancos Emissores de Cartão de Crédito - Stone III ("FIDC AR III") para ser utilizado como fonte de captação de recursos. O FIDC AR III foi constituído de forma semelhante ao FIDC AR I, o qual foi encerrado em junho de 2020. O FIDC AR III recebeu R\$ 2.775.085 em aportes, sendo R\$ 275.085 em cotas subordinadas detidas pela Stone, atendendo ao índice de subordinação mínima de 9,75%.

Obrigações com cotistas mezaninos do FIDC TAPSO

Em outubro de 2019, o Grupo captou um total de R\$ 20.000, emitindo cotas mezanino do FIDC TAPSO com prazo de vencimento de seis meses, para um grupo de investidores institucionais. As cotas mezanino possuíam taxa de retorno de 115,0% do DI por ano e, ao final dos seis meses, deveriam ser integralmente liquidadas.

Em março de 2020, o Grupo liquidou os juros desta operação e negociou a postergação da data de liquidação do principal para março de 2021, com uma nova taxa de retorno de CDI + 1,15% a.a.

d) Outros passivos diversos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 28)	33.434	321.375
Credores nacionais	136.272	119.689
Outros	85.559	44.010
	<u>255.265</u>	<u>485.074</u>
Circulante	230.861	474.186
Não circulante	24.404	10.888

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 o capital social é representado por 155.667.135 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2020 – 155.667.135 ações ordinárias), em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 869.445 (R\$ 869.445 em 31 de dezembro de 2020), totalmente subscritas e integralizadas.

Em 22 de maio de 2019 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 25 de outubro de 2018, no valor total de R\$ 1.701.462, dos quais R\$ 5.423 foram integralizados em 01 de fevereiro de 2019.

Conforme AGE realizada em 06 de junho de 2019, a Companhia reduziu seu capital social, no montante total de R\$ 1.600.000, por considerá-lo excessivo a seu objeto social. A redução foi aprovada pelo BACEN em 14 de outubro de 2019 e o pagamento foi efetuado em novembro de 2020.

Conforme AGE realizada em 04 de dezembro de 2019, a Stone incorporou o acervo líquido residual da StoneCo Brasil Participações S.A., gerando aumento de capital no montante de R\$ 276.191, com a emissão de 49.449.803 ações ordinárias e sem valor nominal.

Ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

b) Reserva de capital

No semestre findo em 30 de junho de 2021, a Stone constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 44.646 (R\$ 4.797 no semestre findo em 30 de junho de 2020) para a distribuição de remuneração baseada em ações (Nota 31).

c) Reserva de lucros

Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Stone constituiu reserva legal no montante de R\$ 459 no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 4.077 no semestre findo em 30 de junho de 2020), equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder de 20% do capital social.

d) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira. Conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, em seu artigo 9º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

Em AGE realizada em 15 de agosto de 2019, foi aprovada a distribuição de R\$ 182.000 a título de dividendos intercalares com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2019, dos quais R\$ 127.525 foram liquidados ao longo do exercício de 2019 e R\$ 36.997 ao longo do exercício de 2020.

Em AGE realizada em 20 de dezembro de 2019, foi aprovada a distribuição de R\$ 32.596 a título de juros sobre capital próprio, a ser liquidado pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

Em AGE realizada em 26 de junho de 2020, foi aprovada a distribuição de R\$ 29.907 a título de juros sobre capital próprio, a ser liquidado pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

Em AGEs realizadas em 30 de novembro e 31 de dezembro de 2020, foram aprovadas as distribuições de R\$ 23.686 e R\$ 4.522, respectivamente, a título de juros sobre capital próprio, a serem liquidados pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

Em AGE realizada em 30 de junho de 2021, foi aprovada a distribuição de R\$ 31.222 a título de juros sobre capital próprio, a ser liquidado pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia liquidou o valor de R\$ 73.845 referente a dividendos e juros sobre capital próprio de períodos anteriores.

19. Receitas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	682.631	494.510
Impostos sobre receita de serviços de transações de pagamento e outros serviços	(77.967)	(55.689)
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	604.664	438.821
Receita de aluguel de equipamentos	221.194	169.509
Impostos sobre receita de aluguel de equipamentos	(20.460)	(15.700)
Receita líquida de aluguel de equipamentos	200.734	153.809
Receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	717.066	550.661
Impostos sobre receita por antecipação de obrigações de transações de pagamento	(4.144)	(6.057)
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	712.922	544.604
	<u>1.518.320</u>	<u>1.137.234</u>

20. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Cessão definitiva	105.097	71.004
Cessão com retenção de riscos e benefícios	11.825	16.582
	<u>116.922</u>	<u>87.586</u>

21. Custo dos serviços prestados

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Processamento de dados	105.990	65.442
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	74.524	48.102
Comunicações	20.886	18.382
Transportes	14.769	11.746
Outros (i)	29.008	13.404
	<u>245.177</u>	<u>157.076</u>

(i) Referem-se principalmente a gastos diretamente atribuíveis ao funcionamento de Pin Pad e POS, tais como bobinas, acessórios, armazenagem etc.

22. Despesas de pessoal

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Salários e proventos	294.949	182.829
Encargos sociais	89.547	62.346
Benefícios	60.325	41.752
Treinamentos	2.859	1.337
	<u>447.680</u>	<u>288.264</u>

23. Despesas administrativas

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Serviços técnicos especializados	20.984	15.054
Publicidade, promoções e relações públicas	47.865	21.450
Despesas tributárias (i)	25.194	18.802
Aluguéis	15.095	8.494
Processamento de dados	18.868	4.051
Viagens	12.972	8.005
Comunicações	5.270	2.715
Serviços do sistema financeiro	2.844	2.139
Transportes	2.133	1.567
Seguros	1.868	732
Taxa de administração de fundos	1.863	1.698
Outros	15.306	11.825
	<u>170.262</u>	<u>96.532</u>

(i) Referem-se principalmente a despesas de PIS e COFINS incidentes sobre resultado de aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores imobiliários.

24. Despesas de provisões

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Reversão (provisão) para perdas operacionais	4.071	4.759
Provisão para contingências	7.785	2.977
	<u>11.856</u>	<u>7.736</u>

25. Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Recuperação de perdas operacionais	15.054	38.428
Variação cambial ativa	-	1.624
Descontos obtidos	1.100	1.598
Variação monetária ativa	1.485	2.176
	<u>17.639</u>	<u>43.826</u>

26. Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Perdas operacionais	71.526	44.590
Despesas de comissões com parceiros	38.814	37.136
Variação cambial passiva	-	132
Variação monetária passiva	1.344	606
Outras despesas operacionais	3.943	986
	<u>115.627</u>	<u>83.450</u>

27. Resultado não operacional

Os valores reconhecidos como resultado não operacional são decorrentes principalmente ao custo de alienações de ativos, doações e patrocínios. O resultado líquido no semestre findo em 30 de junho de 2021 foi negativo em R\$ 3.625 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 – negativo em R\$ 16.678).

28. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas coligadas do Grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Ativos	30/06/2021	31/12/2020
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	59.584	-
PDCA S.A. (controlador final comum)	12.555	1.326
BUY4 Sub LLC (controlador final comum)	1.697	1.697
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	1.012	850
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	881	2.341
Cappta S.A. (controlador final comum)	545	323
StoneCo Ltd. (controlador final)	277	-
DLP LLC (controlador direto comum)	261	-
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	212	48
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	146	-
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	53	50
Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. (controlador final comum)	38	293
Equals S.A. (controlador final comum)	26	115
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	15	15
Stone Seguros S.A. (controlador direto comum)	5	-
Vitta Serviços em Saúde LTDA. (controlador final comum)	3	-
Valores a receber de sociedade ligadas (Nota 11)	77.310	7.058
Passivos	30/06/2021	31/12/2020
PDCA S.A. (controlador final comum)	(17.770)	(6.608)
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(12.441)	(9.615)
Equals S.A. (controlador final comum)	(3.024)	(2.418)
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	(121)	(302.698)
StoneCo Ltd. (controlador final)	(33)	(33)
Vitta Serviços em Saúde LTDA. (controlador final comum)	(28)	-
Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(17)	(3)
Contas a pagar a sociedade ligadas (Nota 17d)	(33.434)	(321.375)
Cappta S.A. (controlador final comum)	(1.088)	(309)
Stone Seguros S.A. (controlador final comum)	(1.000)	(1.000)
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoal chave da administração comum)	(29)	-
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(9)	-
Depósitos	(2.126)	(1.309)
PDCA S.A. (controlador final comum)	(24.073)	(5.146)
Cappta S.A. (controlador final comum)	(2.937)	(4.383)
Outras obrigações Contas a pagar a estabelecimentos	(27.010)	(9.529)

Receitas	30/06/2021
Cappta S.A. (controlador final comum)	4
	4
Despesas	30/06/2021
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(75.582)
Equals S.A. (controlador final comum)	(18.825)
PDCA S.A. (controlador final comum)	(9.934)
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(4.412)
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	(2.290)
StoneCo Pagamentos UK Ltd.	(1.211)
Collact Serviços Digitais S.A. (pessoal chave da administração comum)	(693)
Cappta S.A. (controlador final comum)	(525)
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoal chave da administração comum)	(592)
Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(110)
Linked Gourmet Soluções para Restaurantes S.A. (controlador final comum)	-
Zurich Consultoria e Participação Ltda.	(16)
	(114.190)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco.

Principais operações com partes relacionadas:

Valores a receber de sociedades ligadas: Em 30 de junho de 2021, os saldos referem-se substancialmente a rateios de despesas devidas.

Valores a pagar a sociedades ligadas: Em 30 de junho de 2021, o saldo está composto substancialmente a comissões devidas à PDCA S.A. e a prestações de serviços de processamento executadas pela empresa BUY4 Processamento de Pagamentos S.A.

Depósitos: Em 30 de junho de 2021, os saldos referem-se a depósitos em contas de livre movimentação, principalmente, das empresas Cappta S.A e Stone Seguros S.A.

Contas a pagar a estabelecimentos: Em 30 de junho de 2021, referem-se a saldos em aberto no subgrupo Contas a pagar a estabelecimentos, devidos à PDCA S.A. e à Cappta S.A.

Receitas: No semestre findo em 30 de junho 2021, refere-se à prestação de serviços de cobrança para a Cappta S.A.

Despesas: No semestre findo em 30 de junho de 2021, o montante está composto substancialmente pela prestação de serviços de processamento de transações e de uso licenças de softwares operacionais realizadas pela BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., serviços de conciliação de recebíveis prestados pela Equals S.A., despesa com comissões pagas a PDCA S.A., serviços de armazenagem fornecidos pela Stone Logística Ltda., juros de mútuos com a empresa STNE Participações S.A., serviços de credenciamento fornecidos pela Cappta S.A., Collact Serviços Digitais S.A. e Linked Gourmet S.A. e serviços de consultoria prestados pela VHSYS Sistema de Gestão S.A.

A remuneração global do pessoal-chave da Administração no semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 15.797.

29. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Lucro antes dos impostos e participações	129.034	236.840
Alíquotas vigentes (%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(43.872)	(80.526)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Participação dos não controladores	74.775	30.525
Participação nos lucros	-	9.467
Lei do Bem (pesquisa e desenvolvimento)	4.512	4.823
Amortização de ágio	(6.408)	(6.437)
Juros sobre o capital próprio	10.616	10.168
Outras despesas permanentes	(25.742)	(5.690)
Imposto de renda e contribuição social	13.881	(37.670)
Taxa (%) de alíquota efetiva	-11%	17%
Impostos correntes	(19.705)	(42.257)
Impostos diferidos	33.586	4.587
Imposto de renda e contribuição social	13.881	(37.670)

b) Impostos diferidos

O Grupo registra ativos fiscais diferidos conforme prerrogativas da Resolução do CMN nº 3.059/02, alterada pela Resolução do CMN nº 4.842/20.

Os ativos fiscais diferidos serão compensados dentro do prazo permitido pela regulamentação acima mencionada. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os ativos fiscais diferidos de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporárias.

Ativos fiscais diferidos são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no ano:

	Saldo em 31/12/2020	Movimentação	Saldo em 30/06/2021
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (i) (ii)	68.722	71.224	139.946
Ágio dedutível	48.901	(6.113)	42.789
Provisão para pagamento baseado em ações	28.308	1.072	29.380
Provisão para participações nos lucros	26.707	(26.390)	317
Perdas efetivas	13.063	4.528	17.591
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	11.701	423	12.124
Provisão para contingências	3.183	(2.712)	471
Hedge de fluxo de caixa	779	(779)	-
Demais diferenças temporárias	19.354	(26.642)	(7.204)
Ativos fiscais diferidos	220.718	16.857	237.659
Reconhecimento de receita - FIDC (iii)	(74.019)	15.147	(58.872)
Obrigações fiscais diferidas	(74.019)	15.147	(58.872)
Impostos diferidos, líquidos	146.699	32.004	178.787

- (i) A companhia apresentou prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social passíveis de compensação, os quais espera reverter ainda no exercício de 2021.
- (ii) Os efeitos tributários diferidos gerados pelas transações de hedge de fluxo de caixa estão reconhecidos em outros resultados abrangentes.
- (iii) A Stone é cotista do FIDC TAPSO, um fundo fechado. Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis.

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
6M2021	102.936
2022	53.582
2023	37.280
2024	22.649
2025	6.649
2026 em diante	14.563
	237.659

O valor presente estimado dos ativos fiscais diferidos em 30 de junho de 2021 é de R\$ 219.812, descontados à taxa média de captação do Grupo.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2021 a Companhia apresentou um valor de crédito tributário de IR e CS não contabilizado de R\$ 3.338 (R\$ 1.363 em 30 de junho de 2020).

30. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

(i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no ano, estão a seguir apresentadas:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	399	8.780	9.179
Adições	421	3.293	3.714
Reversões	(292)	(445)	(737)
Pagamentos	(101)	(2.720)	(2.821)
Saldos em 30 de junho de 2020	427	8.908	9.335
Saldos em 31 de dezembro de 2020	382	9.393	9.775
Adições	330	8.950	9.280
Reversões	(115)	(1.380)	(1.495)
Pagamentos	(52)	(9.517)	(9.569)
Saldo em 30 de junho de 2021	545	7.446	7.991

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cível	51.652	44.891
Trabalhista	26.697	14.991
Tributário	4.541	1.417
	82.890	61.299

A Companhia é parte de uma ação judicial impetrada por uma instituição financeira contra um comerciante credenciado em que a Companhia foi chamada como parte ligada ao comerciante, e solicitada a se abster de efetuar o pré-pagamento de recebíveis relacionados a quaisquer créditos do comerciante credenciado, provenientes de cartões de crédito e débito, além de ter sido solicitado que os valores provenientes das transações sejam pagos no domicílio bancário da instituição financeira demandante da ação. Em função da reavaliação do valor envolvido na ação durante o primeiro trimestre de 2020, visto que não há ações diretamente contra a Stone, e a perda possível deriva exclusivamente de honorários advocatícios, o valor considerado como perda possível foi de R\$ 9.574 em 30 de junho de 2021 (R\$ 9.132 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia também é parte em ação judicial movida por uma instituição financeira vítima de fraude. No processo em comento, a instituição financeira solicita a retenção e repatriação de valores transacionados de forma possivelmente espúria através dos sistemas de pagamento da Companhia. O valor considerado como perda possível é de R\$ 5.904 em 30 de junho de 2021 (R\$ 5.631 em 31 de dezembro de 2020).

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Stone.

31. Pagamento baseado em ações

Em setembro de 2018, a Companhia outorgou Unidades de Ações Restritas (“UARs”) e opções de ações. Essas concessões são classificadas como patrimônio líquido, a maioria das outorgas está sujeita a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada será reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (“*vesting period*”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa, a saber: aproximadamente 6% foram adquiridas até o IPO da StoneCo Ltd., 9% adquiridas em 4 anos, 18% adquiridas em 5 anos, 21% adquiridas em 7 anos e 46% adquiridas em 10 anos.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

As movimentações ocorridas nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021 nas quantidades de UARs e opções de ações são apresentadas abaixo:

	UARs	Opções	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.809.663	26.706	3.836.369
Outorgas	229.441	-	229.441
Emitidas	(260.021)	-	(260.021)
Transferências entre empresas do grupo	37.617	-	37.617
Canceladas	(32.573)	(1.134)	(33.707)
Saldos em 30 de junho de 2020	3.784.127	25.572	3.809.699
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.817.620	25.572	3.843.192
Outorgas	2.182.357	-	2.182.357
Emitidas	(116.982)	-	(116.982)
Transferências entre empresas do grupo	48.149	-	48.149
Saldos em 30 de junho de 2021	5.931.144	25.572	5.956.716

No semestre findo em 30 de junho de 2021, foi reconhecida provisão em Despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R\$ 69.691 (no semestre findo em 30 de junho de 2020, R\$ 11.146).

No semestre findo em 30 de junho de 2021, o Grupo registrou na reserva de capital o montante de R\$ 44.646 (R\$ 4.797 no semestre findo em 30 de junho de 2020) para a distribuição de remuneração baseada em ações.

32. Gerenciamento de riscos

A Gestão de Riscos no Grupo conta com as seguintes frentes de atuação: Risco de Mercado, Liquidez, Crédito, Capital, Operacional, Conformidade e Controles Internos. A gestão de risco das operações é efetuada por meio de controles calcados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio do Grupo, que monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, sendo submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

- a) **Risco de mercado:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições detidas pelo Grupo:
 - *Risco pré (taxa de juros):* É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos.
 - *Risco cambial:* Risco relacionado com a probabilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação da taxa de câmbio.
- b) **Risco de liquidez:** é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de Tesouraria e Controle de Risco Financeiro. Como partes dos controles diários, são estabelecidos limites de descasamento máximo e de concentração de passivos, que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.
- c) **Risco de crédito:** decorre da possibilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagamento perante o Grupo causando perdas ao mesmo. No contexto operacional da Stone, o risco de crédito corresponde, principalmente, a possibilidade de inadimplência de bancos emissores de cartões e subcredenciadores. O Grupo dispõe de mecanismos para o monitoramento e mitigação desse risco, categorizado por:

- *Emissores*: as áreas de Tesouraria e Controle de Risco Financeiro realizam o monitoramento semanal da exposição por vencimento e emissor, e estabelece parâmetros de avaliação, de acordo com a classificação e porte das contrapartes. Os bancos emissores são classificados em três categorias: (i) “Top 5”, que são as instituições pertencentes aos seguintes conglomerados prudenciais: Banco Bradesco S.A.; Itaú Unibanco S.A.; Banco Santander S.A.; Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A.; (ii) Emissores que figuram como devedores nos FIDCs; e (iii) demais emissores. O acompanhamento semanal inclui a exposição em aberto junto aos emissores, a avaliação da concentração dos bancos classificados como Top 5, FIDCs e quatro maiores instituições da categoria de demais emissores, e o detalhamento dos fluxos financeiros a vencer por emissor, nos principais vértices dos valores financeiros a receber. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores também considera as classificações das agências internacionais de risco. Na hipótese de aumento significativo na concentração da exposição, deterioração da qualidade creditícia ou evento de inadimplência do emissor, são acionados os mecanismos de mitigação ou plano de contingência. Para mitigação do risco de crédito de emissores, a Stone realiza operações de cessão de direitos creditórios, sem direito de regresso, junto a bancos cessionários com quem o Grupo tenha convênio, FIDCs e demais instrumentos financeiros.
- *Subcredenciadores*: a área de Risco Transacional monitora periodicamente a exposição ao risco de crédito junto a cada subcredenciador, classificando-os em três grupos, conforme a relevância do volume total de pagamentos (“TPV”) e grau de utilização do produto de antecipação de recebíveis. Também são analisados os percentuais de *chargeback* e cancelamento. São realizadas análises dos vencimentos da carteira nas operações de antecipação de recebíveis e pela comparação entre o limite de antecipação (percentual máximo antecipável) e o valor efetivamente antecipado. São criados alertas para variações relevantes no volume antecipado e nos vencimentos da carteira, em comparação com o mês anterior analisados e informados em relatórios periódicos. A mitigação do risco de crédito de subcredenciadores é feita através de garantias concedidas na forma de depósito ou instrumentos financeiros similares, redução parcial ou total no volume de antecipação de recebíveis (caso este ultrapasse o limite definido pelo Grupo), bem como da identificação de deterioração na qualidade de crédito pela área de Risco Transacional. Adicionalmente, a Stone tem a prerrogativa contratual de auditar os subcredenciadores para assegurar que os dados financeiros reportados ao Grupo são válidos e íntegros, e que os montantes recebidos do Grupo são devidamente repassados aos usuários finais recebedores.
- *Operações de crédito*: o controle de risco de crédito das operações de empréstimo do Grupo é pautado pela Política de Crédito e Política de Cobrança, que delimitam as condições do produto financeiro ofertado aos clientes. Para suportar as decisões de crédito são utilizados os *ratings* de risco de crédito desenvolvidos pela equipe interna da Stone especializada em modelos preditivos de inadimplência. Através desses *ratings*, as operações de empréstimos são originadas dentro da Política de Crédito e controle orçamentário vigente. O monitoramento da carteira de crédito também é suportado pelos *ratings* que reclassificam as operações conforme as amortizações dos empréstimos ocorrem. Em caso de falha, a área de recuperação de créditos (Cobrança) é acionada para atuar, conforme estabelecido pela Política de Cobrança.
- *Demais riscos de crédito*: a identificação dos demais riscos de crédito é realizada pelas áreas de Tesouraria e Risco Transacional por meio da participação no fluxo de criação de novos produtos. A identificação visa assegurar e identificar quais novas operações podem gerar algum tipo de risco de crédito, que deverá ser monitorado.

São monitoradas situações de “agenda negativa” em que o volume de *chargeback* e/ou cancelamento ultrapassa o total de direitos creditórios devidos pelo Grupo ao estabelecimento comercial, para que esses casos passem a integrar o cálculo de provisão de risco de crédito, e a área de Cobrança possa atuar de forma ativa junto aos usuários finais recebedores para sua recuperação. Como forma de mitigação, a equipe de Risco Transacional acompanha tais situações e avalia os casos em que é viável solicitar ao instituidor do arranjo a reversão do *chargeback*.

- d) **Gerenciamento de capital:** O Grupo possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por cada entidade individualmente regulada, seguindo os requerimentos da Circular BACEN nº 3.681/13 e da Resolução do CMN nº 4.606/17. Em relação à Circular BACEN nº 3.681/13 mantém-se o patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN. Mantém ainda os recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, acrescidos dos saldos em trânsito entre contas de pagamento e dos valores recebidos pela instituição ainda não disponibilizados para livre movimentação pelo usuário final. No que diz respeito à Resolução do CMN nº 4.606/17, a entidade individual regulada está enquadrada no Segmento S5 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRS5) e mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN.
- e) **Risco operacional:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, conforme eventos descritos na Circular BACEN nº 3.681/13, na Resolução do CMN nº 4.606/17 e na Resolução do CMN nº 4.557/17. O Grupo gerencia os riscos operacionais inerentes aos seus negócios, com grande número de operações diárias e dependente de sistemas, de processamento de dados e de tecnologia da informação. O Grupo realiza o gerenciamento de riscos da operação usando tecnologia avançada para acessar, planejar e implementar estratégias que minimizem riscos potenciais e adversos, que possam afetar as nossas operações. O Grupo utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de pagamento, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.
- f) **Risco cibernético:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos, incidente este relacionado ao ambiente cibernético, que:
- Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (TI) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; ou
 - Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI.

O Grupo gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos.

O Grupo possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, e conta com equipes treinadas e dedicadas para mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requerimentos da Circular BACEN nº 3.909/18 e da Resolução do CMN nº 4.658/18.

- g) **Conformidade:** o time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17 e Circular BACEN nº 3.865/17. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicável, aos códigos de ética e de conduta. Não obstante, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente.

O time de Compliance é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo do Conglomerado Prudencial nos termos da Resolução nº 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF") e Circular BACEN nº 3.978/20.

- h) **Controles Internos:** o time de Controles Internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentações e contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia. As principais atividades de controles internos são:

- Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para controlar e/ou mitigar os eventos de risco operacional, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos;
- Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de risco operacional novos ou anteriormente não abordados;
- Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados pelas auditorias; e
- Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados.

33. Transações com não controladores

Os efeitos das transações com participação dos não controladores sobre o patrimônio líquido do Grupo são constituídos por:

Transações com participação dos não controladores do FIDC TAPSO:

O FIDC TAPSO iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2018, o FIDC TAPSO pertencia 90,2% ao Grupo, sendo que a Stone detinha 26,6% das cotas subordinadas e a MNL 63,6%. Como acionista não controlador, o Pagar.me detinha o restante das cotas subordinadas, equivalentes a 9,4% do patrimônio líquido do fundo. Os demais 0,4% do patrimônio líquido eram destinados a um investidor em cota sênior.

Em função da incorporação da StoneCo Brasil em dezembro de 2019, o Grupo passou a controlar integralmente o Pagar.me, adquirindo, portanto, a totalidade das cotas subordinadas do FIDC TAPSO, equivalentes a 99,6% do patrimônio líquido do fundo. Os demais 0,4% do patrimônio líquido do fundo eram destinados a um investidor em cota sênior.

Em 2020, as controladas do Grupo venderam aproximadamente 144.980 cotas do FIDC TAPSO, no montante total de R\$ 2.602.130 à StoneCo Ltd, controladora final do Grupo. Além disso, a StoneCo Ltd aportou R\$ 453.980 diretamente no fundo. Com isso, as controladas do Grupo passaram a deter 60,4% do FIDC TAPSO, a StoneCo Ltd passou a deter 39,4% e os investidores em cotas sêniores passaram a deter 0,2% do patrimônio líquido do fundo.

Transações com participação dos não controladores do FIDC SOMA:

O FIDC SOMA iniciou suas atividades em 04 de outubro de 2019, com o objetivo de financiar a operação de crédito do Grupo. Em 31 de dezembro de 2019, o FIDC SOMA pertencia 100,0% ao Grupo.

Em 2020, a StoneCo Ltd aportou R\$ 865.000 no fundo. Com isso, as controladas do Grupo passaram a deter 50,3%, enquanto a StoneCo Ltd passou a deter 49,7% do patrimônio líquido do fundo.

A seguir são apresentadas as transações com não controladores ao longo de 2020 e do primeiro semestre de 2021:

	<u>Alterações na participação de não controladores</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	
<i>Transações entre controlador e não controladores:</i>	
Venda de cotas subordinadas do FIDC TAPSO, da Stone para a StoneCo Ltd.	2.071.400
<i>Transações entre controladas e não controladores:</i>	
Venda de cotas subordinadas do FIDC TAPSO, da MNL para a StoneCo Ltd.	530.730
Aporte em cotas subordinadas do FIDC TAPSO, pela StoneCo Ltd	453.980
Aporte em cotas subordinadas do FIDC SOMA, pela StoneCo Ltd	865.000
	<u>3.921.110</u>
Semestre findo em 30 de junho de 2021	
<i>Transações entre controladas e não controladores:</i>	
Aporte em cotas subordinadas do FIDC TAPSO, pela PDCA	50.000
	<u>50.000</u>

34. Outros assuntos

Desde o início da crise oriunda do Coronavírus (COVID-19), o Grupo prosseguiu monitorando diariamente os efeitos da pandemia na continuidade de suas operações e em seus indicadores financeiros, com reporte direto à administração dentro de comitês específicos, além de melhorias da estrutura de controles internos e do reforço dos exercícios de testes de estresse, com cenários potenciais adicionais decorrentes da crise, incluindo indicadores de liquidez e capital.

Apesar dos impactos do COVID-19 na sociedade em geral, o Grupo apresentou crescimento em sua base de clientes e receitas operacionais e foi capaz de garantir a geração de valor de longo prazo aos seus acionistas, através do oferecimento de novas soluções financeiras aos seus clientes, e de suporte aos colaboradores e à sociedade nesses tempos desafiadores.

O Grupo segue acompanhando os impactos do COVID-19 e seus reflexos na atividade econômica global e brasileira e ressalta que não há risco na continuidade de seus negócios.

35. Eventos subsequentes

Redução de Capital MNL

Em 01 de julho de 2021, a MNL vendeu R\$ 700.000 em cotas do FIDC TAPSO à PDCA, empresa que também integra o Grupo StoneCo. Em AGE aprovada na mesma data, a Companhia reduziu capital em R\$ 700.000, passando a ter um capital social de R\$ 1.324.653.

Contrato de Compra e Venda de Ações - PDCA

Em 02 de julho de 2021 foi celebrado um contrato de compra e venda de ações entre as empresas Stone Pagamentos S.A ("Compradora"), STNE Participações S.A e StoneCo Ltd., ("Vendedoras"), para a alienação da totalidade de ações de emissão da PDCA ("Operação").

Na data da Operação, o capital social da PDCA, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, era de R\$ 877.651, dividido em 877.651 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Stone, adquiriu a totalidade das ações de emissão da Companhia na Operação e passou a ser única acionista da PDCA.

"Ato contínuo, em 26 de julho de 2021, a Compradora realizou um aporte de capital na PDCA, no valor total de R\$ 7.837. Assim, o capital social da PDCA passou a ser de R\$ 885.488, dividido em 885.488 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a totalidade de ações de emissão da PDCA detidas pela Compradora."